

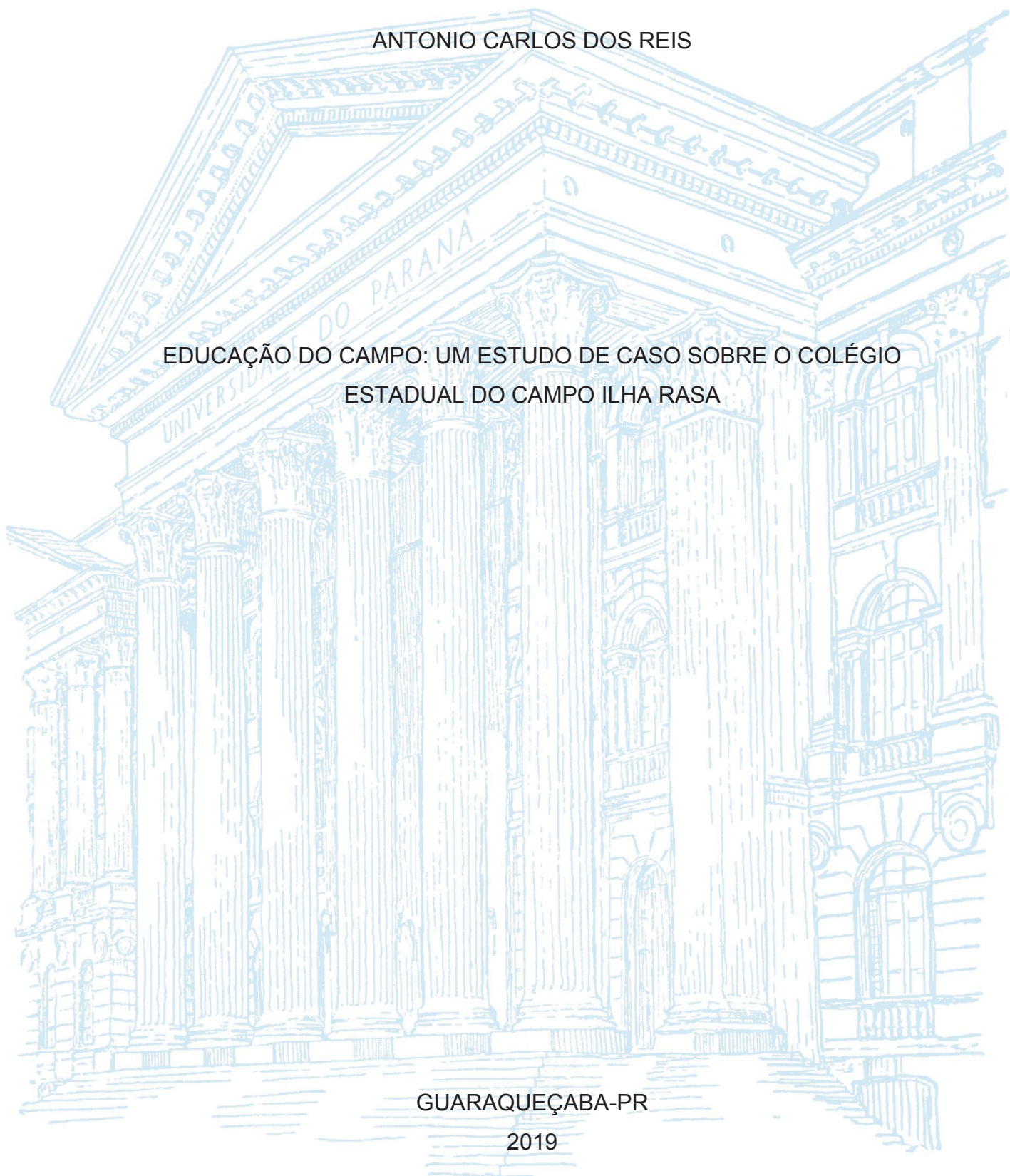
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANTONIO CARLOS DOS REIS

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COLÉGIO
ESTADUAL DO CAMPO ILHA RASA

GUARAQUEÇABA-PR

2019



ANTONIO CARLOS DOS REIS

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COLÉGIO
ESTADUAL DO CAMPO - ILHA RASA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à conclusão de
Especialização em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
PENSADORES, Setor do Litoral, Universidade
Federal do Paraná. Orientador: Prof. Doutor
Maurício César Vitoria Fagundes

GUARAQUEÇABA-PR

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
PENSADORES - 40001016329E1

ATA Nº 02

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE ESPECIALIZAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES

No dia doze de outubro de dois mil e dezenove às 19:00 horas, na sala 24b, Rua Jaguariaiva, 512 - Caiobá - Matinhos - PR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de monografia do discente **ANTONIO CARLOS DOS REIS**, intitulada: **Educação do Campo: Um Estudo de Caso sobre o Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES, foi constituída pelos seguintes Membros: MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), SILVANA CÁSSIA HOELLER (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), TATIANA DA SILVA BIDINOTTO . A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela REVOUCA. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de especialista está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Matinhos, 12 de Outubro de 2019.

MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

SILVANA CÁSSIA HOELLER

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

TATIANA DA SILVA BIDINOTTO

Avaliador Interno

RESUMO

Este artigo, é um estudo de caso do Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa, com viés qualitativo, com foco na produção de um documento histórico para o fortalecimento da Educação na Comunidade de Ilha Rasa. Ressaltando necessidade de enfrentamento de questões chaves, para o melhor funcionamento do Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa. Apresentamos inicialmente um breve relato histórico sobre o Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa. Partimos de sua criação inicial como Escola Rural subordinada ao Colégio Estadual Marcílio Dias em Guaraqueçaba; seu processo de independência; seu processo de transformação em Escola do Campo. Utilizamos para realização deste trabalho, coleta de informações de diferentes tipos: artigos, monografias, literatura acadêmica, principalmente da UFPR – Litoral, documentos oficiais da SEED-Paranaguá, documentos específicos do Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa, Associação de Moradores da Comunidade de Ilha Rasa, gestores e ex-gestores da Escola, gestores de outras Escolas do Campo das ilhas e suas Comunidades em Guaraqueçaba-PR, associações das comunidades e movimentos sociais ligados as Ilhas de Guaraqueçaba. Como principal resultado pode-se apontar que para a superação de problemas e obstáculos, não só o seu funcionamento como uma Escola do Campo, mas principalmente como uma “Escola das Ilhas de Guaraqueçaba” há necessidade do reconhecimento de suas especificidades culturais e regionais do litoral paranaense.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação das Ilhas. Ilha Rasa. Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa. Especificidade cultural.

Abstract:

This article is a case study of Colégio Estadual do Campo - Ilha Rasa, with qualitative bias, focusing on the production of a historical document for the strengthening of Education in the Community of Ilha Rasa. Emphasizing the need to face key issues for the better functioning of Colégio Estadual do Campo - Ilha Rasa. We initially present a brief historical account of the Colégio Estadual do Campo - Ilha Rasa. We started from its initial creation as a Rural School subordinated to the Colégio Estadual Marcílio Dias in Guaraqueçaba; its independence process; its transformation process into Escola do Campo. We used different types of information to carry out this work: articles, monographs, academic literature, mainly from UFPR - Litoral, official documents from SEED-Paranaguá, specific documents from Colégio Estadual do Campo - Ilha Rasa, Community Residents Association of Ilha Rasa, managers and ex-managers of the School, managers of other Schools in the Campo das Ilhas and their Communities in Guaraqueçaba-PR, community associations and social movements linked to the Guaraqueçaba Islands. As a main result, it can be pointed out that in order to overcome problems and obstacles, not only its functioning as a School of the Countryside, but mainly as a “School of the Guaraqueçaba Islands” there is a need to recognize its cultural and regional specificities of the coast from Paraná.

Keywords: Rural Education. Islands Education. Rasa Island. Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa. Cultural specificity.

1 - INTRODUÇÃO

O Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa, é o resultado direto da luta de sua comunidade, pelo direito ao acesso a Educação. Com a ideia de uma Educação voltada para o seu grupo social, com suas trajetórias específicas, a Comunidade de Ilha Rasa vem buscando alternativas educacionais, procurando fugir de qualquer possibilidade de marginalização social de seus moradores, principalmente crianças e jovens. Tendo como foco principal essa busca emancipatória através da Educação, almejou e ainda almeja um futuro diferenciado para sua comunidade que tem cerca de 700 habitantes, entre crianças, jovens e adultos. Formada por pequenas comunidades como: Comunidade Ilha Rasa, Almeida, Ponta do Lanço, Tromo-mô, Taquanduva, Maçarapuã, Mariana, e Medeiros. Seu objetivo principal é conquistar uma possível ascensão social de seus membros. Entendemos que essa atitude é fundamental para a criação de sociedades democráticas, possibilitando ainda o exercer da cidadania, principalmente para aqueles que se encontram em algum tipo de isolamento social por conta de alguma especificidade: cultural, territorial, regional, classe social, onde a democracia é baseada unicamente e exclusivamente na questão humana (LAKATOS, 1999), que tem o seu caráter transformador baseado nas relações individuais, passando pela família, escola, entre outros (BOBBIO, 2002).

Este artigo tem por objetivo geral: relatar a trajetória de conquistas da Comunidade de Ilha Rasa, no que se refere a questão da Educação, por meio da trajetória do Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa, e com objetivo secundário: pontuar sobre os problemas e desafios ainda a serem superados e devidamente trilhados por seus moradores e sua equipe escolar. Organizamos este artigo da seguinte forma – primeiro: o relato da trajetória de criação da Escola na Ilha Rasa, ensino fundamental e médio; segundo: explicar como foi o seu processo de transformação em uma Escola do Campo; terceiro: apontar desafios a serem superados, que afetam o seu real funcionamento como uma Escola do Campo. Para tanto, utilizaremos metodologia da investigação Estudo de Caso, com viés qualitativo, com abordagem de experiências vividas.

As situações, problematizações e encaminhamentos a serem compartilhados, tem como base de pesquisa, coleta de dados de diferentes sujeitos e instituições, a

saber: educadores, artigos, monografias, literatura acadêmica, principalmente da UFPR – Litoral, documentos oficiais da SEED-Paranaguá, documentos específicos do Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa, Associação de Moradores da Comunidade de Ilha Rasa; gestores e ex-gestores da Escola, de outras Escolas do Campo das ilhas e suas comunidades em Guaraqueçaba-PR, associações das comunidades e movimentos sociais ligados as Ilhas de Guaraqueçaba. Utilizando uma pesquisa tipo Estudo de Caso, Lüdke e André (1986, p. 17):

“o Estudo de Caso é o estudo de *um* caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das classes de alfabetização ou do ensino noturno. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular”.

Levando em conta o contraponto que uma Instituição de Ensino do Campo (Ilha), deva possuir características diferenciadas das escolas urbanas, fugindo às regras dos centros urbanos, necessitando assim de um planejamento voltado à realidade em que está inserida, contemplando a diversidade de sujeitos envolvidos no processo educativo, garantindo a estes, o acesso à Educação em seu próprio local de morada, como assegura a Constituição. Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pública e gratuita de qualidade, pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais” (PARANÁ, 2006, p. 22). São considerados povos do campo as

[...] categorias sociais como posseiros, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos sitiantes – dependendo da região do Brasil em que estejam – caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas (PARANÁ, 2006, p. 22).

Assim sendo, os povos do campo possuem uma raiz cultural própria, com um jeito de ser, viver e trabalhar, distintamente do mundo urbano, trazendo consigo diferentes modos de convivência, relacionando-se com o tempo, o espaço, o meio ambiente, e isso também ocorre em relação a família, a comunidade, o trabalho e a educação (CALDART, 2002). Para tanto, se faz necessário que o acesso à Educação deva ocorrer em seu próprio local de morada, como assegura a Constituição de 1988.

HISTÓRIA DE LUTA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO – ILHA RASA

O Colégio Estadual do Campo - Ilha Rasa, Ensino Fundamental e Médio, está localizado no município de Guaraqueçaba PR, mais precisamente na Comunidade Ponta do Lanço, que por sua vez pertence a Ilha Rasa, inserida numa APA – Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba-PR. Sua população é composta por grupos étnicos comuns a sociedade brasileira: brancos, negros e índios, que formou basicamente a identidade caiçara das pessoas do litoral paranaense.

Seus alunos em 2018, eram basicamente formados por adolescente e jovens na faixa etária de 10 a 22 anos, no total de 108 estudantes, sendo que muitos são provenientes de comunidades, conhecidas como ilhas (Mariana, Maçarapuã, Medeiros, Taquanduva, Tromo-mô, e Almeida, e a própria Comunidade de Ilha Rasa). Utilizando diariamente transporte escolar municipal feito através embarcações, grande parte desses alunos são filhos de pescadores.

Assim como o restante da maioria da população brasileira, estas pessoas se ressentem da falta de acesso a políticas públicas específicas para as ilhas, como saúde e a própria educação. Uma de suas maiores dificuldades pode ser percebida, em alguns casos, é na falta de incentivo vindo das famílias quanto ao estudo de seus filhos. Mesmo com o incentivo e a ajuda do Bolsa Família, essas famílias em geral, não tem dado o devido valor ao estudo de seus filhos, não priorizando a vida e o processo de formação e aprendizado dos mesmos na Escola, sem fazer um devido acompanhamento de seus filhos.

Talvez, entre os motivos desse comportamento, esteja o próprio fato que estas famílias concluíram no máximo até o 5º ano. No caso de seus filhos, o Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa, através de sua equipe pedagógico, professores e os demais funcionários, tem lutado para melhorar as condições estruturais e pedagógicas visando melhorar o futuro desses 108 estudantes proporcionando uma educação específica para eles. Até um certo momento o ensino dessas pessoas concentrava-se apenas na leitura e na escrita com pouca ou nenhuma oportunidade de conclusão dos seus estudos, pelo próprio fato de se encontrar numa ilha isolada no litoral do Paraná, além de outras questões como a necessidade de complementação de renda familiar de suas famílias. Algumas poucas pessoas conseguiram ir estudar, ou viver em outros lugares e cidades como Guaraqueçaba,

Paranaguá, ou até mesmo em Curitiba.

Com aproximadamente 700 habitantes, a Ilha Rasa possui cerca de 10 Km², está situada na Baía das Laranjeiras, em Guaraqueçaba. Com cerca de 20 km de distância de Paranaguá e de 9,5 km de Guaraqueçaba. Sua principal atividade econômica, concentra-se na pesca extrativista. No ano de 2004, começou a ser ofertado para a sua comunidade, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, funcionando como uma extensão do Colégio Estadual Marcílio Dias, funcionando na Escola Municipal Rural Gabriel Ramos da Silva, cedida pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba. Na época, havia apenas duas salas de aula. Já em 2008, com o objetivo de atender a demanda dos estudantes, assim como de sua comunidade, foram construídas duas novas salas e posteriormente no ano de 2013 foram construídas mais três salas num empreendimento conjunto entre Estado e Município.

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL ILHA RASA EM UMA ESCOLA DO CAMPO

Em Outubro de 2009, começa o processo de desmembramento da Sub Sede Ilha Rasa. Visando uma maior autonomia pedagógica e administrativa, com a implantação do Ensino Médio Regular, através do Parecer nº: 2989/09 – CEF/SEED e da Resolução nº: 4343/09, com a autorização pela SEED-PR - Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. Naquele momento foi autorizado o funcionamento como Colégio Estadual Ilha Rasa – Ensino Fundamental e Médio, com a oferta do Ensino Fundamental (5^a a 8^a séries) e Ensino Médio por blocos. Já no início de 2010, de acordo com o documento 3.3-Escola das Ilhas – Educação do Campo, baseado numa Proposta Pedagógica Específica para as Ilhas, foi solicitado seu funcionamento como Escola do Campo, com a possibilidade de se colocar em prática, a chamada gestão democrática, baseada na coordenação, mas principalmente na participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola.

Em Outubro de 2010, mas precisamente no dia 03, através do PARECER CEE/CEB N.º 193/10, A Secretaria de Estado da Educação - SEED, pelo Of. n.º

4932/2009-GS/SEED, de 26/11/2009 (fls. 03), protocolado em 01/12/2009. Com o intuito de "fortalecer, qualificar e garantir o atendimento escolar das comunidades tradicionais composta por moradores ilhéus e ribeirinhos do litoral do Paraná, com a ideia e a intenção de respeitar o modo de vida destas populações no processo de ensino e aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos, assim como também, segundo este mesmo parecer, contribuir para amenizar e ou evitar grandes deslocamentos dos mesmos, que devido às inúmeras condições naturais adversas do ambiente em que vivem, autorizou o funcionamento de uma série de Escolas do Campo. Proposta pedagógica elaborada e planejada pelo Departamento da Diversidade - Coordenação da Educação do Campo. Neste caso, tal proposta pedagógica deverá ser executada nas escolas localizadas nas Comunidades de: Ilha de Superagüi, Ilha Rasa, Ilha das Peças, Piaçaguera, Ilha do Mel e Ilha da Cotinga (fls. 7). Entre estas escolas citadas, encontrava-se o Colégio Estadual do Campo- Ilha Rasa, justamente localizada na Comunidade de Ilha Rasa. É preciso salientar que até este momento, não aparece, ou não apareceu nenhum relato de participação oficial dos moradores da Comunidade de Ilha Rasa, ou de qualquer outra comunidade mencionada na confecção deste documento, fazendo-nos supor que realmente não foi, aplicada uma das bases fundamentais da Educação do Campo, a participação democrática.

Apesar de somente em 2009, o Colégio Estadual de Ilha Rasa, ter sido oficialmente transformado em uma Escola do Campo, segundo gestores e antigas lideranças da Comunidade, já havia um certo interesse de algumas lideranças nessa proposta de transformação em Escola do Campo, entendendo que era o melhor caminho para a formação de seus alunos, assumindo a necessidade de uma proposta pedagógica específica para as Ilhas do litoral paranaense.

O Colégio Estadual do Campo – Ilha Rasa, diante de sua realidade, ao reconhecer-se como parte da Educação do Campo, principalmente por seus líderes e gestores, fugiria teoricamente, do modelo dos centros urbanos, como Paranaguá e Curitiba, necessitando assim de um planejamento específico voltado à realidade em que está inserido, com diversidade de sujeitos, garantindo aos mesmos um acesso a uma Educação em seu próprio lugar de vivência, conforme a Constituição Federal de 1988.

Portanto, segundo a Proposta Pedagógica das Ilhas do Litoral Paranaense, as escolas das Ilhas, são instituições que devem e podem auxiliar os ilhéus na

construção de sua autonomia intelectual, lembrando sempre, que autonomia não se concede, se constrói com diálogo entre os sujeitos. Com a intenção compreensiva de mundos, de onde vivem, com a possibilidade de melhorar a qualidade de vida desses sujeitos, significando também tornar sua comunidade, a qual chamamos de tradicional, menos refratária, conforme afirmação de (CALDART, 2002), as crianças e adolescentes do Colégio Estadual Ilha Rasa, Ensino Fundamental e Médio, ao aprenderem a sabedoria de seus antepassados, poderiam em tese, produzir novos conhecimentos.

O que identifica a Educação do Campo, não é apenas um modelo de proposta pedagógica diferenciada, mas principalmente os seus discentes, sujeitos de direitos que vivem e trabalham no campo para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos na direção de seu destino.

Tratar do direito universal à educação é mais do que tratar da presença de todas as pessoas na escola; é passar a olhar para o jeito de educar este sujeito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos (PARANÁ, 2005).

Um projeto de Educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa com a intenção de ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte, é o resultado de combinações pedagógicas, que podem, formar e cultivar identidades baseadas na autoestima, valores, memória, saberes, sabedoria; na qual as pessoas com suas culturas próprias alicerçadas em cultura, seu lugar, seu modo de pensar, de agir, de produzir; uma educação que projete movimento, relações, transformações. As Escolas das Ilhas então, teriam como principal objetivo inverter a lógica de que se estuda para sair da ilha. A Escola deve ser o lugar onde os jovens possam sentir orgulho de suas origens e se proponham dispostos a enfrentar, coletivamente, os problemas existentes em seu cotidiano.

DESAFIOS, SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS E OBSTÁCULOS NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO – ILHA RASA.

A Escola Estadual do Campo – Ilha Rasa, assim como a maioria das escolas públicas no estado do Paraná e do Brasil, tem enfrentado uma série de desafios

para o seu melhor funcionamento e fortalecimento, como por exemplo a melhoria da capacidade dos moradores de sua comunidade e compreender para efetivamente poder funcionar como Escola do Campo. Acredito que ainda há dúvidas nas Comunidades, do que realmente significa ser uma Escola do Campo, quais as diferenças entre a Escola do Campo e as escolas da cidade.

Acredito que estas perguntas interferem ou resultam na falta de participação democrática da comunidade, e principalmente de pais e alunos nas questões que envolve os problemas enfrentados no dia a dia, no funcionamento do Colégio, manifestando-se pelo desinteresse, que pode ser explicado justamente pela falta de identificação da comunidade com o termo “Campo”, na qual entendemos que remete imediatamente a questão Rural, Agricultura e Agropecuária. Ou ainda por não terem sido os sujeitos que problematizaram suas situações para a construção de seu PPP.

Pensando nessa questão da identificação social, parece-me muito difícil identificar com aquilo que está longe, ou aquilo que não produz algum tipo de reciprocidade social e cultural. Quando pensamos em comunidade de pescadores caiçaras, não pensamos em gado ou agricultura, pensamos em pesca, e quando falamos em ilhas e comunidades litorâneas, pensamos em mar, em barcos e uma série de equipamentos que refere-se ao mundo do “Mar”, e não ao mundo do “Campo”.

Entendemos que ao trabalharmos ou explorarmos o conceito de identidade, logo, nos vem os fundamentos desta categoria, ligada ao desenvolvimento teórico-histórico. A categoria identidade tem uma “pré-história” que pode ser reconhecida no estudo “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do ‘eu’”, de Marcel Mauss (1974), datado originalmente de 1938. Mauss, nesse estudo, procurou analisar as características de povos distantes, colocando em foco a análise específica de uma caracterização de pessoas que possuem uma definição social que atribui características únicas a chamadas sociedades primitivas, para, a seguir, construir uma história social que exige uma noção, diferenciada do Ocidente. O autor acentua, nesse texto, que a noção de pessoa em constante formação como uma entidade social, “que reveste a vida dos homens em sociedade, segundo direitos, religiões, costumes, estruturas sociais e mentalidades”(op. cit., p. 211).

Portanto, uma comunidade de pescadores, inserida nas ilhas do litoral do Paraná, por um entendimento no mínimo que seja, já mais poderá se auto-anular sua identidade caiçara, procurando se adaptar ou se juntar a outras identidades que

não a represente, ou que não fosse construída historicamente em seu habitat, nesse caso específico, a Comunidade de Ilha Rasa e as diversas comunidades litorânea paranaense. Assim sendo, neste exemplo, “o conceito de identidade pode ser descrito, genericamente, como a ‘consciência da continuidade’ que os sujeitos tenham a respeito destas formas que os revestem”(Lopes, 1996, p. 127).

Alguns gestores e educadores, e até mesmo alguns pesquisadores da Educação do Campo, tem tratado esta questão como apenas uma questão de nomenclatura. Acho estas atitudes muito simplistas, entendo esse pensamento como no mínimo um equívoco, se realmente queremos melhorar os níveis de educacionais nas ilhas de Guaraqueçaba, devemos sim, levar em consideração esta questão, e não simplesmente, enfiarmos goela abaixo, o conceito Campo, como aparentemente encontra-se na Proposta Pedagógica das Ilhas do Litoral Paranaense: “o conceito de campo ultrapassa os limites do que se entende por zona rural, categoria jurídico administrativa, porque é político, pois considera o espaço de moradia dos sujeitos e suas comunidades, características econômicas, políticas, culturais e socioambientais” (PARANÁ, 2006, p. 22). Nesse sentido, o campo comporta:

[...] categorias sociais como posseiros, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos sítiantes – dependendo da região do Brasil em que estejam – caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas (PARANÁ, 2006, p. 22).

Acho no mínimo temerário, a ideia de que tantas categorias sociais, tão distintas no que se refere as suas culturas e lugares distintos, possam serem representadas em um único termo.

Uma outra questão importantíssima é o tipo de formação específica para os educadores, gestores e funcionários da chamada “Escola do Campo nas Ilhas de Guaraqueçaba”. Estes profissionais, principalmente os professores deveriam ter uma educação específica para trabalhar, não somente na Educação do Campo, já entendendo a dificuldade de enfrentamento desta questão, por aqueles que trabalham com formação, mas também em educação específica para as ‘Ilhas’ ou “Mar”, como nas Ilhas e Comunidades de Guaraqueçaba. Com a possibilidade real de trabalhar com a chamada “cultura raiz” dessa região, ou seja, um jeito de ser, viver e trabalhar, distinta do mundo do “Campo Rural e Urbano” com diferentes conceitos: o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como o modo de vida e

organização da família, de sua comunidade, do trabalho e principalmente da educação, como afirma (CALDART, 2002).

Acrescente-se a esta questão, a formação profissional, com o intuito de formar e criar profissionais de educação que tenha características de um “Professor-Pesquisador” para a formação de docentes reflexivos, que pensa não só na “Educação do Campo” como termo sugere, mas também numa possível: Educação do Mar, ou das Águas, já sugerida por este trabalho (LUDKE, 2001). Um profissional que problematiza as formas educacionais e o desenvolvimento destas comunidades com relatos e propostas específicas para a região. O “Professor pesquisador” poderá atuar reflexivamente sobre os problemas das ilhas, assim como também construir e produzir material específico, ainda bastante escasso sobre a Educação nas Ilhas.

Há também a questão do modelo de recrutamento dos profissionais de Educação para as ilhas de Guaraqueçaba. Atualmente, o modelo mais utilizado é a do PSS – Processo Seletivo Profissional. Ao pensarmos neste modelo de recrutamento, entendemos a relevância dessa Política Pública educacional, seu desempenho no quadro educacional no Estado do Paraná. Logo nos remete as condições de trabalho do professor contratado sob este regime. Esta percepção, tornou-se notória porque o docente contratado neste regime, está exposto a uma série de fatores que tem, lamentavelmente, conduzindo-o para uma paulatina precarização do seu trabalho. No caso do docente contratado para trabalhar nas ilhas, esta precarização tem um maior alcance, ou uma maior visibilidade, visto as dificuldades de locomoção dos mesmos, através de barcos, aspectos econômicos, e principalmente a falta de incentivo do próprio Estado, dificultando a permanência desse profissional. Muito desses profissionais da educação, em boa parte ainda não terminaram sua graduação regular, quanto mais uma graduação para a Educação do Campo.

A atividade docente, em especial o profissional contratado em regime PSS, tem evidenciado um quadro de completa ausência de políticas públicas adequadas e eficazes para a melhoria da educação em geral. Ao tentarmos compreender este fenômeno das políticas públicas, da precarização da atividade docente e da educação. Entendemos que se os instrumentos, bem utilizados, com planejamento, metas e programas que visam instituir e implementar uma Educação de qualidade, passa pela valorização docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos nos sujeitos que se identificam com a Educação do Campo, pensamos em sujeitos que por meio da Educação, poderão se articular e se organizarem para assumirem a capacidade de organização de seus destinos (CALDART, 2002). Acredito que também podemos utilizar este pensamento nas Comunidades e Escolas das Ilhas do Paraná, principalmente na Comunidade da Ilha e na Escola Estadual do Campo – Ilha Rasa. Somando a este desafio a necessidade de Educadores compreendam as complexidades inerentes aos modos de vida dos sujeitos nas Ilhas e no Campo, que conheçam, respeitem e dialoguem com os seus saberes e fazeres, bem como colaborem com manutenção de seus territórios constantemente ameaçados.

Utilizando o pensamento de (CALDART, 2002), referindo as escolas do Campo, “a Escola da Ilha e na Ilha” precisa ser pensada considerando a sua realidade, não esquecendo é claro, que o mundo é maior do que uma Ilha, mas também trabalhando de forma contextualizada, utilizando-se do conhecimento tradicional e estabelecendo-se das relações para chegar ao conhecimento científico, através de resgate e valorização de sua cultura local.

As Escolas das Ilhas, precisam ser entendidas enquanto instituições que possuem a tarefa de auxiliar na construção da autonomia intelectual dos sujeitos, deve servir para que compreendam o mundo a partir do lugar onde vivem, a fim de poderem intervir ativamente na melhoria de sua qualidade de vida, significando, tornar as comunidades tradicionais menos refratárias por meio da institucionalização de escolas e proposta pedagógica que dialoguem com os saberes dos quais são portadoras.

Estes objetivos, parece-me estar totalmente ligados ao direito universal à Educação, e que não é apenas tratar da presença de todas as pessoas na escola, mas também de como olhar para o jeito de educar este sujeito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de si.

Assim, como propusemos no nosso objetivo deste trabalho de relatar a trajetória de conquistas da Comunidade de Ilha Rasa, no que se refere a questão da Educação”. Gostaríamos que, em um futuro bem próximo, acrescentarmos possíveis

resoluções de problemas e obstáculos propostos neste trabalho, registrando como uma série de etapas de conquistas da Comunidade de Ilha Rasa.

REFERÊNCIAS

ARROIO, M. G.; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo - Saberes da Terra**. Projeto Político Pedagógico – Brasília: MEC/SECAD, 2008.

CALDART, Roseli S. **Por uma educação do campo; traços de uma identidade em construção**. In: Educação do Campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

Dicionário da Educação do Campo. / Org Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. _ Escola Itinerante do MST: **História, Projeto e Experiências**. **Cadernos da Escola Itinerante** – MST. ANO VIII – Nº1 - Curitiba 2008.

COMITÊ ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Gestão de políticas públicas educacionais da educação do campo**. Curitiba, 2010.

FRIGOTTO, G. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma**. In: MUNARIM, A. et al. (Org.). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

KATUTA, Ângela M. **As escolas do campo no estado do Paraná: diversidade e desafios**. NEMAD - Núcleo de Formação, Meio Ambiente e Desenvolvimento. INTERFACE – ISSN 2448-2064. 2016.

_____. **Formação continuada de professores na educação do campo: as demandas e desafios no litoral e Vale do Ribeira paranaense**.

Revista Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade. www.uece.br › endipe2014 › ebooks › livro3 › 252 FORMAÇÃO CONTI...2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: . Acesso em: 25 setembro 2018.

LAKATOS, E. M. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, José Rogério & Rivorêdo, Carlos Roberto S. F. **A noção de ordem e tempo na análise cultural**. Taubaté: Cadernos GEIC, 1994.

LOPES, José Rogério. “**Da concepção de sujeito aos ‘modos de subjetivação’**”, In. Serviço Social & Sociedade, nº 51. SP: Cortez, 1996.

_____. “**Registros teórico-históricos do conceito de identidade**”, In Psicologia & Sociedade, Vol. 8, nº 2. SP: ABRAPSO, 1996.

_____. “**O sujeito e seus modos de subjetivação: revendo vias teóricas de análise das relações entre saber e ação na cultura contemporânea**”, In Psicologia & Sociedade, Vol. 10, nº 2. SP: ABRAPSO, 1998.

LÜDKE,, Menga. **O Professor, seu saber e sua pesquisa**. Educ. Soc. [online]. 2001, vol.22, n.74, pp.77-96. ISSN 0101-7330.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, F. J. (Org.). **Educação do campo e formação continuada de professores**. Porto Alegre: EST Edições; Campo Mourão: FECILCAM, 2008.

MUNARIM, A. **Educação do campo: desafios teóricos e práticos**. In: MUNARIM, A. et al. (Org.) **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In : _____. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo**. Parecer n. 36/2001 aprovado em 04 de dezembro de 2001. Brasília, 2001.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social – IPARDES. **Os Vários Paranás: Estudos Socioeconômico-Institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional.** Curitiba, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da Educação do Campo.** Curitiba: SEED, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense.** Curitiba: SEED/PR, 2009.

PARANÁ. Secretária de Estado da Educação. **PARECER nº: 2989/09 – CEF/SEED e da Resolução nº: 4343/09**, com a autorização pela SEED-PR, 10/2009.

_____. Secretária de Estado da Educação. **PARECER nº: 2989/09 – CEF/SEED e da Resolução nº: 4343/09**, com a autorização pela SEED-PR 03/10/2010.

_____. Secretária de Estado de Educação. **PARECER CEE/CEB N.º 193/10, SEED, pelo Of. n.º 4932/2009-GS/SEED**, de 26/11/2009 (fls. 03), protocolado em 01/12/2009.

PARANÁ. Superintendência de Educação. **As escolas públicas do campo no Estado do Paraná: uma identidade em construção.** Curitiba: SEED, 2010.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade e povos tradicionais.** 2010. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9#>>. Acesso em: 01 Dez. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.** Curitiba, 2010.

SOUZA, M. A. **Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007.** Curitiba: UFPR, 2010.